

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**LARISSA REGINA DE CASTRO GOMES**

**A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, OS DIREITOS E A REPRESENTAÇÃO  
JUDICIAL DO TRABALHADOR APÓS A REFORMA TRABALHISTA**

**SANTA RITA**

**2019**

**LARISSA REGINA DE CASTRO GOMES**

**A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, OS DIREITOS E A REPRESENTAÇÃO  
JUDICIAL DO TRABALHADOR APÓS A REFORMA TRABALHISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Direito do Centro  
de Ciências Jurídicas da Universidade  
Federal da Paraíba, como exigência parcial  
da obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Jurídicas.

Orientador: Professor Dr. Paulo Vieira de  
Moura

**SANTA RITA**

**2019**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

G633c Gomes, Larissa Regina de Castro.

A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, OS DIREITOS E A REPRESENTAÇÃO  
JUDICIAL DO TRABALHADOR APÓS A REFORMA TRABALHISTA /  
Larissa Regina de Castro Gomes. - João Pessoa, 2019.  
51 f.

Orientação: Paulo Vieira de Moura.  
Monografia (Graduação) - UFPB/DCJ/SANTA RITA.

1. Contribuição sindical. 2. Reforma Trabalhista. 3.  
Sindicatos. 4. Representação. 5. Imposto sindical. I.  
Moura, Paulo Vieira de. II. Título.

UFPB/CCJ

**LARISSA REGINA DE CASTRO GOMES**

**A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, OS DIREITOS E A REPRESENTAÇÃO  
JUDICIAL DO TRABALHADOR APÓS A REFORMA TRABALHISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Direito do Centro  
de Ciências Jurídicas da Universidade  
Federal da Paraíba, como exigência parcial  
da obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Jurídicas.

Orientador: Professor Dr. Paulo Vieira de  
Moura

Data de Aprovação: 17 de setembro de 2019

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Paulo Vieira de Moura (Orientador)

---

Prof. Me. Demétrius Almeida Leão

---

Prof. Me. Guthemberg Cardoso Agra de Castro

**SANTA RITA**

**2019**

## AGRADECIMENTOS

Em todos os momentos da minha vida sempre encontrei apoio e carinho daqueles que admiro, e durante esse percurso não foi diferente. A vitória de encerrar o curso de Direito me traz sentimentos de felicidade e gratidão, e tenho muito a agradecer por toda força nessa caminhada.

Em primeiro lugar a Deus por ser tão misericordioso em minha vida. Por sempre estar a meu lado e me permitir mais que posso sonhar. Obrigada Senhor por essa conquista.

À Nossa Senhora, Mãe Santíssima, que roga a Deus por meus caminhos, para que sejam sempre de luz e proteção.

Aos meus pais, José Herminio e Cássia Regina, por tanto amor. Obrigada por toda educação que me deram, por lutarem pela minha felicidade e por toda dedicação com meus sonhos. Essa vitória é graças a vocês. Meus maiores e melhores exemplos.

Ao meu irmão, Rodrigo, que tanto se empenha pelo meu crescimento. Obrigada por todo apoio e compreensão.

Aos amigos e familiares que sempre com palavras e gestos demonstraram torcer por mim.

Aos meus colegas de sala aos quais compartilhei sorrisos e descobertas. Em especial, às minhas amigas, Nathalia, Fernanda e Rosilene, que me apoiaram e ajudaram nessa jornada, a qual se tornou mais prazerosa e agradável com nossa amizade.

Aos professores do DCJ que passaram por essa caminhada de conhecimento.

Ao professor Paulo Moura, por toda orientação e atenção. Obrigada por toda paciência e gentileza.

À todos vocês os meus agradecimentos.

## RESUMO

O presente trabalho analisa a alteração da contribuição sindical na legislação brasileira que a transformou em facultativa com a vigência da Reforma Trabalhista e investiga as implicações jurídicas dessas transformações para sindicatos e trabalhadores. Com a transformação realizada pela reforma a contribuição sindical facultativa tem seu desconto condicionado à autorização prévia e expressa dos trabalhadores pertencentes a respectiva categoria, de acordo com a nova redação do artigo 579 da Consolidação das Leis Trabalhistas. A alteração do caráter da contribuição sindical ocorre após mais de setenta anos de contribuição de natureza obrigatória, e tem como argumentos para sua alteração pontos relacionados a representatividade dos sindicatos e a possibilidade de sua existência atrelada, unicamente, a arrecadação da contribuição. O afastamento do caráter compulsório da contribuição também foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal, à medida que foram argumentados vícios de constitucionalidade formal e material. A mudança na natureza da contribuição alcança a maior fonte de custeio sindical e cria uma nova realidade ao cumprimento das funções e prerrogativas dos sindicatos, que alteram sua atuação para a proteção de direitos dos trabalhadores. Trata-se de pesquisa bibliográfica uma vez que desenvolvida a partir de leitura seletiva, tendo como fontes livros e artigos e, também, documental porque utilizou como fontes a legislação brasileira, cujo acesso se deu prioritariamente por intermédio da internet. O estudo abordou a contribuição sindical no sistema sindical brasileiro, retratou as fontes de custeio sindical e a representação pelos entes sindicais no sistema corporativista do país. Em última análise, apontou as alterações legislativas e suas implicações para a atuação dos sindicatos na proteção e defesa dos seus representados.

**Palavras-chave:** Contribuição sindical. Reforma Trabalhista. Sindicatos. Representação. Imposto sindical.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 A INSTITUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL NO BRASIL .....</b>	<b>10</b>
2.1 A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL E AS PRERROGATIVAS DOS SINDICATOS COM A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS .....	13
2.2 AS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS E A REPRESENTAÇÃO DO TRABALHADOR NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....	15
2.3 AS MUDANÇAS NA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PROMOVIDAS PELA REFORMA TRABALHISTA .....	17
<b>3 A REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DO TRABALHADOR.....</b>	<b>20</b>
3.1 FUNÇÕES E PRERROGATIVAS DOS SINDICATOS.....	21
3.2 O DIREITO À REPRESENTAÇÃO DO TRABALHADOR E A REPRESENTATIVIDADE SINDICAL “ERGA OMNES”.....	26
3.3 A REPRESENTAÇÃO JUDICIAL PELOS SINDICATOS ANTES E DEPOIS DA REFORMA TRABALHISTA .....	29
<b>4 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA .....</b>	<b>34</b>
4.1 A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5794 .....	35
4.2 A NOVA REALIDADE SINDICAL: O ENFRAQUECIMENTO DOS SINDICATOS PÓS-REFORMA TRABALHISTA.....	41
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A contribuição sindical foi instituída pelo Decreto-Lei n. 1.402 de 1939 e deveria ser paga por todos os integrantes das categorias representadas. Era a contribuição sindical denominada de imposto sindical, visto seu caráter compulsório, a qual era instituído entre sindicalizados ou não. A contribuição sindical é recolhida uma vez por ano, e seu valor corresponde a remuneração de um dia de trabalho do empregado. Esse pagamento é realizado pelos participantes de categorias econômicas ou profissionais e representa a maior fonte de custeio sindical. A contribuição sindical tem o objetivo de financiar as atividades das organizações sindicais, que tem como principal prerrogativa a proteção de direitos dos integrantes das categorias que representam, através de suas funções representativa, negocial e assistencial.

A reforma trabalhista promoveu diversas alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dentre as mudanças se destacam as relativas à contribuição sindical contidas principalmente na seção dedicada aos direitos dos exercentes de atividades ou profissões dos sindicalizados e dos sindicatos e na seção que disciplina a fixação e o recolhimento do imposto sindical. Foram modificados, em particular, os artigos 545, 578, 579, 582, 583 e 602.

A contribuição sindical manteve seu caráter compulsório desde 1939, e assim permaneceu por quase oito décadas, ocorrendo sua mudança com a Lei 13.467 de 2017, a chamada Reforma Trabalhista, que a modificou e transformou o seu caráter de obrigatório em facultativo.

O fim da contribuição sindical obrigatória foi alvo de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) e alvo de questionamentos quanto ao cumprimento das funções dos entes sindicais. O Supremo Tribunal Federal (STF) reuniu todas as ações que tratavam do pedido de inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei 13.467 de 2017 que alterou os dispositivos da CLT em um só julgamento.

O STF decidiu pela constitucionalidade do artigo 1º da Reforma Trabalhista e julgou improcedentes os pedidos de inconstitucionalidade sobre o fim da contribuição sindical obrigatória, quando do julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade.

Com a mudança do caráter da contribuição os questionamentos se desencadearam sobre a representação dos trabalhadores. Em consequência a representação do trabalhador foi alterada em visão das mudanças nas receitas sindicais e prestação de atividades dos sindicatos. Existindo também incertezas a vinculação dos sindicatos nas práticas de suas funções e com a realização de pagamento da contribuição.



Krein (2018) aponta que a contribuição sindical obrigatória era de extrema importância para o movimento sindical e a sua primeira consequência com a Reforma Trabalhista se deu em face da possibilidade de enfraquecimento político, econômico e financeiro dos sindicatos e suas possíveis extinções.

A mudança no caráter da contribuição sindical, modificada através da Reforma Trabalhista e decidida pela sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, implicaram em uma nova realidade nas receitas dos sindicatos, porém os pontos relacionados a nova dinâmica de atuação dos sindicatos e as consequências no cumprimento de suas funções para a garantia de busca de direitos dos trabalhadores não foram pontuados na lei.

O presente estudo encontra sua relevância na nova dinâmica sindical e consequências para os trabalhadores e sindicatos com a faculdade da contribuição sindical, visto que são encontrados em ponto os direitos dos trabalhadores.

Assim, o presente trabalho busca realizar uma análise acerca da alteração realizada pela Lei 13.467 de 2017, que muda o caráter da contribuição sindical, e sua constitucionalidade, através dos principais aspectos que envolvem o tema abordado e tendo como ponto principal o resguardo dos direitos do trabalhador.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar as consequências oriundas do novo modo de contribuição sindical, tendo como objetivos específicos identificar as funções sindicais, incluindo a de representação do trabalhador e quais as mudanças ocasionadas a elas após a Reforma Trabalhista, analisar a atual representação dos trabalhadores pelos sindicatos, identificar a atuação dos sindicatos pós reforma e verificar as implicações aos direitos do trabalhador.

Para a realização deste trabalho foi utilizado o método dialético, como afirma Gil (2008, p.14) “A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc”. Sendo concretizado através de pesquisa bibliográfica, com auxílio de doutrinas, artigos científicos, legislação e pronunciamentos jurisprudenciais.

O estudo consiste em introdução, três capítulos e considerações finais. A introdução apresenta as considerações iniciais que envolvem o tema, permitindo uma visualização do que será apresentado nos capítulos. O primeiro capítulo aborda um histórico do movimento sindical do país, desde seu início no Brasil até os dias atuais, com foco nos modos de contribuição existentes e relacionando a representação do trabalhador. O segundo capítulo apresenta as funções e prerrogativas dos entes sindicais, abordando o direito de representação do trabalhador

e as mudanças da atuação sindical com a Reforma Trabalhista. O terceiro capítulo apresenta as consequências da alteração do caráter da contribuição sindical, em que se atenta as teses apresentadas no julgamento da constitucionalidade do novo caráter da contribuição sindical. Em um último momento são expostas as considerações finais sobre o tema abordado.

## **2 A INSTITUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL NO BRASIL**

A partir de 1888, com o fim do regime escravocrata, a qual não existiam normas relacionadas a trabalho, a mão de obra brasileira foi transformada. O Brasil passou da utilização de serviço escravo para a adoção de trabalho assalariado, o país conseqüentemente passava por mudanças na sua economia, tinha traços da escravidão e a inexistência de regras para o desenvolvimento nas relações empregatícias.

Com as mudanças no sistema do país e a expansão da Revolução Industrial na Europa, que teve diminuição de seus postos de trabalho, o Brasil teve intensa a presença de imigrantes, que consistiram no maior número de trabalhadores. A realidade encontrada pelos imigrantes no país era diferente da encontrada no continente europeu, berço da maioria dos imigrantes que buscavam trabalho na América do Sul. Os imigrantes tinham conhecimento de normas que regulavam condições de trabalho, pois já existia normatização em seus países de origem, o que não foi encontrado no Brasil. A falta de regulação estatal acabou sendo um dos fatores para o surgimento de movimentos e reuniões de trabalhadores no país.

Com a Constituição de 1891 passou a existir a garantia de associação e reunião de pessoas de maneira livre, desde que sem armas, com interferência policial, apenas, em caso de garantia da ordem pública, a partir do amparo da Constituição surgiram os primeiros textos legalistas relacionadas a associação sindical. Assim, o sindicalismo nacional veio surgir com força no fim do século XIX e início do século XX.

O reconhecimento legal dos sindicatos teve seu início com o Decreto n. 979 de 1903, este facultou aos profissionais rurais à organização de sindicatos para proteção e defesa de seus interesses. Em 1907 o Decreto n. 1.637 permitiu a criação de sindicatos urbanos, para integrantes de profissões similares ou conexas. Os decretos não tratavam do modo de contribuição dos trabalhadores juntos aos sindicatos e o modo de representação que os sindicatos fariam frente as fragilidades dos trabalhadores, a regulamentação adotada para o recolhimento de contribuições dos filiados e atuação dos sindicatos ficavam a estabelecidas pelos próprios entes sindicais.

Na década de 1930 o Estado brasileiro transformou-se e adotou o corporativismo, “tornou-se intervencionista” (NASCIMENTO, 2009, p.121), e o sindicalismo nacional passou a sofrer suas influências. As entidades sindicais passaram a necessitar do reconhecimento do Estado, que passou a interferir diretamente na criação dos sindicatos, estando sua atuação controlada pelo poder público. O decreto n. 19.770, de 1931, passou a regular a sindicalização de empregados e empregadores, que necessitavam do reconhecimento do Ministério do

Trabalho. O decreto n. 19.770 expressava que dentre os requisitos para o reconhecimento dos sindicatos, pelo Ministério do Trabalho, estava o fato de que em seus respectivos estatutos constassem os direitos dos associados e quais as atribuições das associações, assim com trata Amauri Mascaro Nascimento (2009, p. 122):

O governo criou o Ministério do Trabalho, Industria e Comercio (1930), atribuiu-lhe, como uma das funções, pôr em prática a política trabalhista e administrar a organização do proletariado como força de cooperação com o Estado, e passou a regulamentar, por meio de decretos, direitos específicos de algumas profissões.

Em 1934 foi promulgado o Decreto n. 24.694, dias antes da vigência da Constituição de 1934, e fez disposições sobre os sindicatos. Dentre seus pontos traçou as espécies de organização sindical: sindicatos, federações e confederações, e facultou aos sindicatos a representação administrativa e judicial de seus associados e de interesses da categoria.

A Constituição de 1934 permitiu a pluralidade de sindicatos e suas autonomias, o dispositivo que tratava desses pontos era o artigo 120, e em seu parágrafo único preceituava que seria a lei a responsável pela garantia da pluralidade e autonomia dos sindicatos. A garantia presente na Carta Magna não obteve êxito pela falta de lei infraconstitucional que a regulamentasse.

Art 120<sup>1</sup>. Os syndicatos e as associações profissionaes serão reconhecidos de conformidade com a lei.

Paragrapho unico. A lei assegurará a pluralidade syndical e a completa autonomia dos syndicatos. (BRASIL, 1934).

Segundo Sergio Pinto Martins (2018), no Brasil os sindicatos sempre estariam ligados ao Estado, pois no Estado Brasileiro os sindicatos não surgiram dos movimentos dos trabalhadores, e sim da ligação com o poder público, assim não seria possível os sindicatos se desvincularem do poder estatal.

A Constituição de 1937 trouxe as entidades representativas sindicais como órgãos do Poder Público, órgãos ao qual exerciam funções delegadas. Os dispositivos trazidos pela Carta reforçavam a ideia das entidades sindicais atreladas ao Estado, ao qual ficavam ‘presas as amarras’ do governo e que se distanciavam de uma verdadeira liberdade sindical que pleiteasse as necessidades dos trabalhadores. As atuações dos sindicatos estariam atreladas até o ponto

---

<sup>1</sup> A redação do dispositivo corresponde a presente na publicação original.

que o Estado permitisse reivindicar, e não a conquista dos interesses da classe ao qual representavam.

A Constituição de 1937 também adotou o sindicato único, pois acreditava ser antagônico a representação de interesses coletivos e a pluralidade de sindicatos, visualizava os interesses como de todos da categoria e não podendo eles serem divididos, e conseqüentemente existir diversos sindicatos (NASCIMENTO, 2009). Dentre as mudanças trazidas pela Carta de 37 ficou permitida e garantida a ampliação das negociações realizadas pelos sindicatos, que não estariam mais adstritas aos associados, as negociações coletivas teriam efeitos sobre toda a categoria, associados ou não. Quanto a legitimidade para as negociações elas se restringiam aos sindicatos, não sendo ampliadas as federações e confederações.

O Decreto-Lei n. 1.402 de 1939 trouxe a diferenças entre associações e sindicatos, permitiu a pluralidade de associações, mas considerou como sindicato, apenas, as organizações que tivessem o aval do Estado. O decreto traçou as prerrogativas dos sindicatos, o que enfraqueceu a atuação das associações, mesmo que em pluralidade, pois dentre as atividades desempenhadas muitas encontravam-se destinadas de maneira exclusiva aos sindicatos, a partir daquele momento. Dentre as prerrogativas dos sindicatos estavam a representação dos associados e relativos a atividade profissional e a imposição de contribuições de todos os que participassem das profissões ou categorias representadas. A partir do Decreto-Lei n. 1.402 houve a autorização para a cobrança da contribuição sindical de maneira compulsória.

Art. 3º São prerrogativas dos sindicatos:

- a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses da profissão e os interesses individuais dos associados, relativos à atividade profissional;
- f) impor contribuições a todos aqueles que participam das profissões ou categorias representadas. (BRASIL, 1939).

Com o Decreto-Lei n. 1.402 a contribuição sindical passou a ter caráter de imposto, pois dali seria recolhida de maneira compulsória. “Como imposto, tinha natureza tributária, como espécie do gênero tributo” (MARTINS, 2018, p. 1130). A importância deveria ser paga por todos os integrantes das respectivas categorias, filiados aos sindicatos ou não, as negociações coletivas abrangeriam toda a categoria, mas, como expresso em lei, a representação administrativa e judicial dos trabalhadores restringiam-se aos filiados.

O Decreto-Lei n. 1.402 não especificava questões como valores e modo de arrecadação das contribuições, pontos que só foram sanados com o Decreto-Lei n. 2.377 de 1940 e Decreto-Lei n. 4.298 de 1942. O Decreto-Lei n. 2.377 dispôs sobre o pagamento e arrecadação, ressaltou

que o imposto seria devido por todos que participassem de determinada categoria econômica ou profissional, em favor do sindicato representativo da mesma, determinou o pagamento anual pelos contribuintes, a importância a ser paga e o modo de recolhimento dos valores. Já o Decreto-Lei n. 4.298 tratou também sobre o recolhimento da contribuição e de como deveria ocorrer sua distribuição.

## 2.1 A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL E AS PRERROGATIVAS DOS SINDICATOS COM A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) foi aprovada através do Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e unificou toda a legislação trabalhista tratando do direito individual do trabalho e do direito coletivo do trabalho.

A CLT continuou seguindo os moldes dos decretos anteriores, dependendo da regulamentação do Ministério do Trabalho para a criação dos sindicatos e suas atuações. A CLT previu possibilidades de intervenção do Ministério do Trabalho, com base em critérios particulares (MARTINS, 2018). A Consolidação trouxe diversas seções que trataram desde a associação sindical até o funcionamento da comissão do imposto sindical, incluindo os temas de representação dos trabalhadores e contribuições sindicais. Os Decretos-Lei n. 2.377 e n. 4.298 foram incorporados a CLT mantendo o caráter compulsório das contribuições sindicais, seu modo de recolhimento e valores obrigados. A obrigação de recolher o imposto sindical fixou-se na figura do empregador, assim, cabia a ele descontar na folha de pagamento de seus empregados o valor correspondente a contribuição sindical, independentemente de qualquer notificação ao empregado. Ficaram também determinadas as prerrogativas, os deveres e a vinculação dos valores arrecadados pelos sindicatos.

A CLT também dispôs sobre os entes sindicais de grau superior, incluíam federações e confederações, estando, assim, as entidades sindicais divididas em sindicatos, federações e confederações. Os artigos 534 e 535 da CLT determinaram como poderiam ser formadas as associações de grau superior.

Nos termos da artigo 534 da CLT quando no mínimo cinco sindicatos que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas poderão se organizar em federação. As federações são entidades de segundo grau e podem, em caráter supletivo fazer a defesa, atribuída aos sindicatos, frente a questões judiciais e administrativas de categorias inorganizadas.

As confederações tem sua disposição legal no artigo 535 da CLT, as confederações também possuem legitimidade para atuar na defesa dos direitos de categorias inorganizadas na falta de sindicatos e federações. Sua estrutura deve ser composta de pelo menos três federações e deverão ter sua sede em Brasília.

Nos termos do inciso III do artigo 8º da Constituição Federal é designada aos sindicatos a defesa dos interesses coletivos e individuais das categorias, tanto em questões judiciais como administrativas. “Art. 8º. III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas” (BRASIL, 1988). A atuação na representação da categoria é de função dos sindicatos, a qual decorre de força constitucional, porém quando inexistente sua ação tem legitimidade para atuar na defesa de interesses das categorias as entidades de grau superior, visto a necessidade das representação sindical e em seu maior grau de alcance.

Outras entidades de representação do trabalhador são as chamadas centrais sindicais<sup>2</sup>, porém elas não pertencem ao sistema confederativo previsto na Constituição Federal e na CLT.

Após alguns anos da aprovação da Consolidação das Leis Trabalhistas ocorreu a Convenção n. 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sendo realizada no dia 17 de junho de 1948. A Convenção tratou sobre liberdade sindical e proteção ao direito de associação, dentre os pontos abordados pela Convenção estavam a defesa da garantia dos trabalhadores e empregadores de se organizarem e constituírem associações sem nenhuma intervenção estatal, e de modo indiferente a unicidade sindical, tendo liberdades no seu modo de atuação e ação, e também quanto ao pagamento das contribuições aos sindicatos, pois defendeu a Convenção que deviam elas serem de maneira não compulsória.

O Brasil se posicionou de modo favorável à aprovação da Convenção, porém o Projeto de Decreto Legislativo, para a ratificação da Convenção no país, tramita desde 1984 e não sendo até os dias atuais incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro. A doutrina diverge quanto a aprovação total da Convenção, pois acredita na necessidade de não interferência do Estado na atuação sindical, porém em pontos como unicidade sindical e modelo de contribuição sindical,

---

<sup>2</sup> A previsão legal das centrais sindicais encontra-se na Lei 11648 de 2008. No artigo 1º da referida lei são traçadas as atribuições e prerrogativas das centrais sindicais. Nas palavras de Mauricio Godinho Delgado (2017, p. 1524) “Elas, de certo modo, unificam, pela cúpula, a atuação das entidades sindicais, enquanto não superado o modelo corporativista. [...] embora sem poderes de negociação coletiva”. Assim, visualizadas as suas prerrogativas e finalidades, as centrais sindicais representam outras entidades sindicais e também trabalhadores, porém não possuem legitimidade representativa, em vista do princípio da unicidade sindical, que adota em seu modelo apenas as figuras dos sindicatos, federações e confederações. As centrais sindicais participam de discussão de questões que afetam os interesses legais dos trabalhadores e recebem porcentagem da contribuição sindical, nos termos do artigo 589, II, ‘b’ da CLT, para desenvolvimento de sua atividade. Com afetação na contribuição sindical as centrais sindicais também tem diminuído seus recursos, que se destinam a coordenação da representação dos trabalhadores.

é argumentado que tais modificações poderiam causar fracionamento e enfraquecimento do sistema sindical no país. Nas palavras de Sergio Pinto Martins (2018) a Constituição Federal de 1988 não permite a ratificação da Convenção n. 87 da OIT, pois aquela permite apenas um sindicato em cada base territorial, o que não se harmoniza com a Convenção, que, e também não se adaptando ao modo de contribuição sindical imposta por lei, anteriormente adotado pelo Brasil.

Após o momento de estabelecimento da reunião da legislação trabalhista o sindicalismo nacional passou por mudanças significativas, junto ao seu modo de atuação, com a ditadura militar, período que ocorreu 1964 até 1985. O regime militar tomou o poder do Estado com compromissos de um novo modelo estatal visando, principalmente, mudanças econômicas e financeira do país. Com a modificação no poder do Estado as entidades sindicais passaram por dificuldades para sua manutenção e estabelecimento, enfrentaram questões de restrição de liberdade de líderes sindicais e tentativas de desarticulação de sindicatos. A lei já previa a atuação dos sindicatos como delegação do poder do Estado e também garantia a interferência do Ministério do Trabalho em questões administrativas dos sindicatos, o que permitiu que as entidades sofressem as interferências estatais nas suas atuações.

Os sindicatos que se posicionavam contra o regime militar, que estava à frente do Estado, lidavam com a intervenção estatal, tinham seus líderes definidos pelo Ministério do Trabalho, não possuíam liberdade para suas posições e consequentemente não conseguiam cumprir com a representação dos trabalhadores, visto os objetivos destes contrastassem-se com os do Estado.

## 2.2 AS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS E A REPRESENTAÇÃO DO TRABALHADOR NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Após o período de regime militar e intervenção do Estado na atuação dos sindicatos as entidades passaram por outro momento junto aos anos de 1987-1988, com a Assembleia Nacional Constituinte, período em que foi instalada para a elaboração de uma nova Constituição do país, atualmente soberana.

Junto a elaboração da Constituição Federal os sindicatos conseguiram criar influência junto a manutenção dos princípios da unicidade sindical, consistindo na proibição, por lei, de mais de um sindicato, da mesma categoria, na mesma base territorial, não podendo a base ser



inferior a área de um Município, e da contribuição sindical fixada por lei (NASCIMENTO, 2009).

O princípio da unicidade sindical também permitiu a livre fundação dos sindicatos, independentemente de anterior autorização estatal, e também ressaltou a liberdade sindical, porém de modo restrito, em que as inscrições junto aos sindicatos poderiam ser de maneira livre, podendo alguém associar-se ou não, mas ocorrendo a sua associação deveria ela ser junto ao sindicato único da categoria (NASCIMENTO, 2009).

No tocante as contribuições sindicais a Constituição Federal em seu artigo 8º, inciso IV manteve o sistema confederativo, prevendo uma contribuição que financiasse o sistema. “Art. 8º. IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei” (BRASIL, 1988). A Constituição também manteve a contribuição para o custeio dos sindicatos, no mesmo dispositivo, em que garantiu que a contribuição confederativa não afastaria a contribuição prevista em lei, que se trata da prevista desde 1939, a contribuição sindical (MARTINS, 2018).

Nessa concepção, de diferentes espécies de receitas sindicais, o financiamento sindical é dividido em tipos de contribuições. Segundo Carlos Henrique Bezerra Leite (2018) são quatro os recursos financeiros das entidades sindicais, são eles a contribuição confederativa, a contribuição sindical, a mensalidade sindical e a taxa assistencial ou contribuição assistencial.

A contribuição confederativa encontra respaldo na Constituição Federal em seu artigo 8º, inciso IV, em que garante o desconto em folha, da categoria profissional, para custeio do sistema confederativo. Assim a contribuição garantida constitucionalmente trata-se daquela definida para custear a “cúpula do sistema” (DELGADO, 2017, p. 1530). O Supremo Tribunal Federal firmou posicionamento, através das Súmulas 666 e Súmula Vinculante 40, no sentido de que a contribuição confederativa é exigível apenas de filados ao sindicato, não podendo recair sobre os demais trabalhadores. Nas palavras de Sergio Pinto Martins (2018) o objetivo da contribuição confederativa não é de financiar o sistema sindical, mas sim o sistema confederativo, abrangendo não só a categoria profissional como também a econômica.

A mensalidade sindical se trata de importância paga pelos filiados ao sindicato, a sua previsão legal encontra-se no artigo 548, alínea “b” da CLT. A mensalidade constitui-se de modo voluntário, modo comum a associações (DELGADO, 2017).

A taxa assistencial ou contribuição assistencial consiste no pagamento realizado pelo profissional de determinada categoria em decorrência de ter participado de negociação coletiva. Seu amparo legal encontra-se no artigo 513, “e” da CLT. O objetivo da taxa é cobrir os serviços

assistenciais prestados pelo sindicato (MARTINS, 2018). O Precedente 119 da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho entende que a contribuição assistencial só pode ser cobrada de trabalhador associado ao sindicato. O precedente do TST é harmônico com o Sumula Vinculante 40 do STF a qual afirma que a contribuição confederativa também só poderá ser descontada de filiados.

A contribuição sindical encontra seu respaldo nos artigos 578 a 610 da CLT, ela se trata de receita efetuada uma vez por ano, através de época e valores determinados, o valor a ser pago trata-se ao correspondente a um dia de trabalho, a receita é recolhida de empregados, profissionais liberais e empregadores. A contribuição também encontra respaldo constitucional na passagem final do artigo 8º, inciso IV da Constituição. Quanto a distribuição dos valores recolhidos o artigo 589 da CLT trata da porcentagem dos destinatários (DELGADO, 2017).

### 2.3 AS MUDANÇAS NA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PROMOVIDAS PELA REFORMA TRABALHISTA

Com a unificação da legislação trabalhista assuntos, ligados ao direito coletivo do trabalho e sindicalismo também ficaram reunidos na CLT e juntos a dispositivos presentes na Constituição da República de 1988. Desde a aprovação da Consolidação das Leis Trabalhistas decretos fizeram discretas modificações a dispositivos na CLT, em pontos relacionados a contribuições sindicais e direitos de representação dos trabalhadores. Porém, o caráter das contribuições, deveres e funções dos sindicatos mantinham a sua essência desde 1939. Em 13 de julho de 2017 foi sancionada a Lei 13.647/2017, que foi denominada Reforma Trabalhista, e entrou em vigor em 11 de novembro de 2017, a Reforma Trabalhista fez mudanças significativas junto a CLT, incluindo temas de contribuição sindical, negociação e representação de trabalhadores, e acordos entre trabalhadores e empregadores.

Com relação ao financiamento do sistema sindical mudança ocorreu com relação a contribuição sindical, que alterou o financiamento dos sindicatos, eliminando a compulsoriedade da contribuição, assim a tornou facultativa, com alteração nos artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da CLT. As novas redações dos artigos afirmam que o desconto das contribuições sindicais, na folha de pagamento dos empregados, só poderá ser realizado se for devidamente autorizado pelo empregado. A autorização do empregado precisa ocorrer previamente e de modo expresso.

No âmbito das negociações e representação do trabalhador a Reforma Trabalhista revogou o parágrafo 1º do artigo 447 da CLT eliminando a fiscalização sindical na rescisão de

contratos individuais de trabalho. Instituiu também comissão de representação dos empregados nas empresas, vedando a interferência dos sindicatos na atuação da comissão (DELGADO, 2018).

Depois da aprovação da Reforma Trabalhista, em texto lançado no site da Central Única de Trabalhadores a entidade de representação sindical demonstrou preocupação, insatisfação e incertezas criadas pela mudança no modo de custeio sindical.

Na contramão do direito, a reforma tenta afastar os sindicatos de suas bases gerando ainda maior desproteção ao trabalhador. Ao introduzir a necessidade de autorização prévia e expressa à contribuição sindical, sem esclarecer como essa deve se dar e deixando margem de dúvida à legitimidade das assembleias, a legislação também cria embaraços ao custeio sindical, o que, ao final, prejudica o trabalhador cuja defesa pode ficar comprometida. (CUT, 2018).

Muitos dos temas tratados pela Reforma foram vistos como violadores constitucionais, não obtendo a reforma apoio das entidades sindicais, Ministério Público do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho, ao qual Brasil é signatário de mais de 80 convenções, os pontos controvertidos passaram a ser alvo de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, em sua maioria relacionadas a contribuição sindical.

A mudança relacionada ao financiamento dos sindicatos criou questionamentos quanto a legitimidade dos sindicatos, suas vinculações e obrigações frente associados ou não, pontos que passam também pelas negociações de trabalho, coletivas e individuais, representação judicial e administrativa dos trabalhadores e receio de enfraquecimento sindical que em consequência possa diminuir direitos dos operários.

Em 1º de março de 2019 a Medida Provisória 873 alterou novamente os artigos 545, 578, 579 e 582 da CLT. Os artigos ganharam uma nova redação ao qual alterou a contribuição sindical com o foco de acabar com o desconto automático da contribuição nas folhas de pagamento dos trabalhadores. A MP 873 previu que o pagamento deveria ser feito por meio de boleto ou meio equivalente, enviado aos trabalhadores que tivessem autorizado a cobrança de modo expresso, individual e por escrito. O pagamento da contribuição seria através de boleto bancário ou meio equivalente eletrônico, que deveria ser recebido na sede da empresa ou enviado a residência do empregado. A MP 873 passou a não permitir o desconto realizado por meio de votação em assembleias, meio mais utilizado pelos sindicatos, criando, assim, um modo mais dificultoso e oneroso para ambas as partes, trabalhadores e sindicatos.

Durante a vigência da MP o Supremo Tribunal Federal (STF) alterou decisões que favoreciam sindicatos, alegando que as decisões em assembleias não eram suficientes para a

cobrança da contribuição sindical, necessitando os sindicatos de autorizações individuais, escritas e expressas para a instituição da cobrança sindical. Três dias antes da perda da vigência da MP 873 o ministro, do STF, Luís Roberto Barroso decidiu em Medida Cautelar na Reclamação 35.540/RJ pela suspensão de acordo coletivo que autorizava sindicato a descontar contribuição através da folha de pagamento dos trabalhadores, (BARROSO, 2019):

O órgão reclamado, por sua vez, afirmou que a aprovação da cobrança da contribuição em assembleia geral de entidade sindical supre a exigência de prévia e expressa autorização individual do empregado. Nesses termos, delegou a assembleia geral sindical o poder para decidir acerca da cobrança de todos os membros da categoria, presentes ou não na respectiva reunião – é dizer, afirmou a validade de aprovação tácita da cobrança. Tal interpretação, aparentemente, esvazia o conteúdo das alterações legais declaradas constitucionais pelo STF, no julgamento da ADI nº 5.794, red. p./ acórdão Min. Luiz Fux, o que implica afronta à autoridade desta Corte. Nesse sentido, confira-se: Rcl 34.889- MC, Rel. Min. Cármen Lúcia (STF - MC Rcl: 35540 RJ - RIO DE JANEIRO, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 25/06/2019, Data de Publicação: DJe-140 28/06/2019)

A decisão do ministro se aproximou do texto da Medida Provisória e afirmou que a aprovação da cobrança através de assembleias não são suficientes para a cobrança da contribuição. A decisão de segundo grau afastava o texto da MP e aplicava o reconhecimento das convenções e acordos coletivos, porém a decisão do ministro afirmou que o afastamento do texto legal contraria também os entendimentos já firmados pela Corte em julgamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, a decisão do ministro Barroso modifica os entendimentos que estão sendo adotados por magistrados ao permitir o desconto em folhas salariais de empregados após aprovação em assembleias.

A MP 873 foi prorrogada e teve sua duração de 120 (cento e vinte) dias, uma comissão mista foi instalada no Congresso Nacional, porém não houve andamento, sendo a Medida rejeitada, seu prazo de validade foi expirado, retornando os textos dados pela Lei 13.647/2017, a Reforma Trabalhista, que não exige que a autorização para a cobrança seja de maneira individual dos participantes de categorias profissionais.

### 3 A REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DO TRABALHADOR

No século XII surgiu a primeira forma de associação entre trabalhadores, eram as corporações de ofício, que buscavam melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. As corporações se tratavam da reunião de grupo de um mesmo ofício, atividade profissional, tratava de um modelo associativo para trabalhadores de uma mesma atividade. Para exercer a atividade era preciso que o profissional fizesse parte da corporação, pois existia uma centralização das corporações nos territórios, e também cabia a elas a organização e regulamentação da forma de trabalho daqueles profissionais.

Os empregadores contratavam profissionais pertencentes às corporações e seguiam suas estipulações. Nos séculos XVII e XVIII com a revolta dos trabalhadores, com o modelo adotado pelas corporações, e a Revolução Francesa, com os ideais de liberdade, as corporações de ofício foram extintas e deram lugar à livre contratação entre empregadores e empregados.

Com a extinção das corporações a relação entre trabalhador e patrão passou a ser realizada de maneira contratual, em que o acordado entre as partes deveria prevalecer. O poder aquisitivo dos empregadores e a quantidade numerosa de pessoas que buscavam trabalho eram as causas de contratos sempre desiguais para com os trabalhadores, as relações empregatícias foram desde seu início injustas, com a desigualdade entre os poderes das partes. Os trabalhadores se viam obrigados a acatar as vontades impostas pelos empregadores, visto que não faltaria mão-de-obra para ocupar seu lugar, caso não aceitasse o determinado. Essas relações de emprego se davam de maneira individual, o contrato existente seria entre patrão e empregado, não existia a interferência da lei para regular, fiscalizar e manter as partes em igualdade de condições contratuais.

Os modos hostis da qualidade do trabalho demonstraram aos operários que mudanças só seriam passíveis de ocorrer se existisse união entre a sua classe, a consciência de classe dos trabalhadores é que passou a trazer mudanças quanto à carga horária de trabalho e salário, por exemplo. O movimento sindical surgiu da necessidade de união de trabalhadores para enfrentamento dos empregadores na busca de relações de trabalho mais dignas, os trabalhadores passaram a perceber que através da união de suas forças é que seria possível uma negociação um pouco menos desigual. Ressalta Amauri Mascaro Nascimento (2009, p. 65):

Para defesa coletiva dos seus interesses, os trabalhadores se organizam sob diferentes formas, dentre as quais a mais importante é a sindical. No entanto, nem sempre foi assim. A conquista desse direito atravessou uma trajetória

prolongada, repleta de obstáculos, até chegar ao estágio atual, atravessando um passado e uma história de conquista.

No século XIX, após as crises, na trajetória da relação contratual entre patrão e operário, o direito de associação foi passando a ser reconhecido em tratados e constituições, alcançando a consolidação dos sindicatos e a proteção dos direitos sindicais. Segundo Sergio Pinto Martins (2018) os sindicatos nasceram como um órgão de luta de classes, assim, os sindicatos nasceram com funções inerentes a sua atividade, aos entes sindicais coube a busca pela garantia e proteção dos direitos das categorias profissionais, representando os trabalhadores.

Como tratado no capítulo anterior, a atuação sindical no Brasil passou pelas mãos estatais, o movimento sindical nasceu da regulamentação abordada pelo Estado, em 1903 com o Decreto n. 979, e com elas foram ocorrendo modificações ao longo das décadas quanto aos temas relacionados a atividade sindical, como associação, contribuição e funções dos sindicatos.

A representação do trabalhador pelos sindicatos também está prevista em lei e é uma das funções dos entes sindicais, através da representação dos entes sindicais o acesso dos trabalhadores a justiça se torna mais amplo e eficaz, pois muitas vezes trabalhadores deixam de buscar o judiciário por questões financeiras. Esses trabalhadores, muitas vezes, não tem condições de arcar com custas processuais, honorários advocatícios e periciais e, na principal delas, pelo poder enfrentado contra a outra parte, que possuem recursos e estruturas, aos quais intimidam o trabalhador na busca de seus direitos. Essa intimidação se torna menor quando existe a figura de uma associação que o representa e consegue na busca de direitos do trabalhador buscar com forças menos assimétricas.

### 3.1 FUNÇÕES E PRERROGATIVAS DOS SINDICATOS

As entidades sindicais possuem papéis a serem desempenhados, se tratam das funções as quais lhes são atribuídas, ou seja, existem exercícios a serem cumpridos para a caracterização dos entes sindicais. A CLT, em seu artigo 513, regula quais as funções e como se deve dar a atuação dos sindicatos junto as categorias econômicas e profissionais. Mauricio Godinho Delgado (2017) divide as funções e prerrogativas dos sindicatos em três, sendo elas a representativa, a negocial e a assistencial. Segundo Delgado (2017) a principal função dos sindicatos se trata da representação, denominada de função representativa. A função de

representação pelos sindicatos é garantida por dispositivo da Constituição Federal, presente no artigo 8º, inciso III. Essa regulamentação direciona aos sindicatos a defesa dos direitos e interesses, individuais e coletivos, em âmbito administrativo e judicial, das categorias. Nas palavras de Mauricio Godinho Delgado (2017, p. 1527):

A principal função (e prerrogativa) dos sindicatos é a de representação, no sentido amplo, de suas bases trabalhistas. O sindicato organiza-se para falar e agir em nome de sua categoria; para defender seus interesses no plano da relação de trabalho e, até mesmo, em plano social mais largo. Nessa linha é que a própria Constituição enfatiza a função representativa dos sindicatos (art. 8º, III), pela qual lhes cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

A função representativa dos sindicatos pode ser entendida em um sentido amplo a qual abarca outras funções, como a privada, a pública, a judicial e a administrativa. Na função privada está o contato dos sindicatos com os empregadores para alcançar os interesses da categoria. É possível essa função privada através de diálogos entre sindicatos e empregadores. Na função pública está a representação da categoria frente a sociedade, em que os sindicatos buscam a validação da sociedade frente os objetivos pleiteados pela categoria. Como ocorre com a colaboração dos sindicatos com o Estado e órgãos que promovem estudos e soluções relacionados a categoria representada, como previsto no artigo 513, alínea ‘d’ da CLT. A função administrativa trata da sua relação junto ao Estado com intuito de solucionar questões trabalhistas, relacionando assim a normas e regras. E junto a função judicial os sindicatos buscam defender os interesses da categoria perante o Poder Judiciário. A função judicial inclui uma atuação objetiva dos sindicatos, a qual inclui associados ou não, todos os integrantes de categorias econômicas são representados pelos sindicatos, em âmbito coletivo, através de substituição processual e de mandato (DELGADO, 2017).

Sergio Pinto Martins (2018) afirma que o Supremo Tribunal Federal entende que o artigo 8º, inciso III da Constituição Federal trata de substituição processual, em que reconhece a legitimidade dos sindicatos para pleitear direitos coletivos e individuais dos trabalhadores. Como presente em jurisprudência do STF que admite a legitimidade do sindicato para substituir o trabalhador de modo irrestrito:

**“AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. LEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO DA CATEGORIA PROFISSIONAL. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. DIREITOS INDIVIDUAIS.** O reconhecimento da legitimidade ativa do sindicato da categoria profissional para pleitear direitos individuais homogêneos guarda

sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal. O artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal assegura aos sindicatos a possibilidade de substituição processual ampla e irrestrita para agir no interesse de toda a categoria. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

**ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ABASTECIMENTO COM INFLAMÁVEIS.** Do quadro fático delineado no acórdão recorrido, observa-se que foi constatada a existência de trabalho em ambiente perigoso, em área de abastecimento com inflamáveis. Incólume, pois, o artigo 193 da CLT. Agravo de instrumento a que se nega provimento” (ARE 908042, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, julgado em 31/08/2015, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-178 DIVULG 09/09/2015 PUBLIC 10/09/2015).

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho também é pacífica no sentido de que a substituição dos sindicatos para pleitear direitos dos trabalhadores não se restringe a direitos coletivos e direitos individuais homogêneos, alcança também a substituição os direitos individuais heterogêneos.

**RECURSO DE REVISTA DO SINDICATO AUTOR EM FACE DE ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA - LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO SINDICATO AUTOR - SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL - DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HETEROGÊNEOS.** Verifica-se a presença de transcendência social e política, na medida em que a postulação do autor está amparada por direito social assegurado pelo artigo 8º, III, da CF, bem como o acórdão regional encontra-se em desconformidade com a iterativa, notória, atual e pacífica jurisprudência desta Corte. Transcendência reconhecida. **LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO SINDICATO AUTOR - SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL - DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HETEROGÊNEOS.** A par da discussão relativa à natureza dos direitos postulados na presente reclamação, o posicionamento pacificado no TST, na linha do Supremo Tribunal Federal, é o de que as entidades sindicais profissionais detêm amplo espectro de atuação na defesa dos interesses das respectivas categorias, possuindo legitimidade para atuar como substitutas em processos cujas controvérsias recaiam sobre direitos coletivos, individuais homogêneos ou, ainda, subjetivos específicos. Precedentes da SBDI-1. Recurso de revista conhecido por violação do artigo 8º, III, da CF e provido. Prejudicado o exame do tema remanescente, bem como do agravo de instrumento da reclamada. (TST - ARR: 36640420165100801, Relator: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 27/03/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/03/2019).

A Lei 8.078 de 1990, o Código de Defesa do Consumidor, traz as definições de direitos coletivos, direitos difusos e direitos individuais homogêneos. O artigo 81, parágrafo único, incisos I, II e III, da respectiva lei, apontam as diferenciações sobre os direitos. O inciso I traz a definição de direito difuso, que consiste nos transindividuais de natureza indivisível, a qual são titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato. Quanto a um exemplo da legitimidade dos sindicatos para a proteção de interesses difusos do trabalhador visualiza-se em



uma ação que busque a melhora do meio ambiente do trabalho. O direito coletivo é abordado pelo inciso II, que consiste nos transindividuais, de natureza indivisível, porém a qual são titulares grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base, como exemplo da atuação sindical na defesa de direitos coletivos está a ação que busca reparação por descumprimento de cláusula de acordo ou convenção. O inciso III trata dos direitos individuais homogêneos, que consiste nos decorrentes de origem comum. A atuação dos sindicatos na proteção de direitos individuais homogêneos se encontra, por exemplo, na ação que busca reajuste salarial de empregados de uma empresa. E os direitos individuais heterogêneos são entendidos como aqueles que decorrem de origem particularizada e individual. A ação individual do sindicato que pleiteia adicional de insalubridade de trabalhador consiste em uma ação que abrange direito individual homogêneo.

A substituição processual consiste em uma das prerrogativas dos sindicatos em que atua em nome próprio na defesa de direito do trabalhador. A Constituição Federal traz a garantia da substituição processual em seu artigo 8º, inciso III, o que consiste em entendimento pacificado nos tribunais superiores. O entendimento que hoje permanece se traduz na amplitude da representação sindical em que podem os entes sindicais substituírem administrativamente e judicialmente o trabalhador na defesa de qualquer direito, de caráter coletivo e individual. O Supremo Tribunal Federal trata da legitimidade extraordinária<sup>3</sup> pertencente aos sindicatos em que permite o maior acesso à justiça por parte dos trabalhadores, que conseguem encontrar no sindicatos um ente que promova a reinvidicação de seus direitos. A substituição é alcançada através da coincidência de interesses existentes entre sindicatos e integrantes das categorias a qual representam, em que é passível a todos os integrantes da categoria, filiados ou não.

Dentre as funções dos sindicatos, na divisão trazida por Mauricio Godinho Delgado (2017), está a função negocial que é entrelaçada com a função representativa, principalmente em pontos como a função privada e função judicial, visto que vai consistir na relação entre sindicatos e empregadores para negociações de convenções e acordos coletivos, e atingindo a função judicial em seus resultados, em que as negociações traçarão regras junto ao âmbito judicial.

Para Amauri Mascaro Nascimento (2009, p.347) a função negocial trata-se da mais importante dentre as funções e prerrogativas dos sindicatos, como presente:

---

<sup>3</sup> A legitimidade extraordinária consiste permite que o legitimado atue em nome próprio na defesa de direito alheio. O Supremo Tribunal Federal já firmou o entendimento que os sindicatos tem ampla legitimidade para atuar na defesa de interesses da categoria de modo coletivo e individual. O STF entendeu que o artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal estabelece a legitimidade extraordinária dos sindicatos.

A principal função do sindicato é, sem dúvida, a negocial. Permite compor conflitos de interesses e instituir, consensualmente, normas de trabalho. Faz do sindicato titular de um poder normativo de exercício bilateral com o empregador, o de constituir regras, direitos e obrigações, por acordos e convenções coletivas, e, com isso, justificar-se plenamente.

Sergio Pinto Martins (2018) também retrata a importância da função negocial, visto que através dela os sindicatos conseguem realizar acordos e convenções, conciliando pontos incontroversos entre as partes que muitas vezes não são alcançados pela lei e que geram ponto positivo para o trabalhador. A Constituição Federal em seu dispositivo 8º, inciso VI, prevê a obrigação dos sindicatos nas convenções e acordos coletivos, dando legitimidade apenas aos sindicatos, deixando-os como guardião de ponto de proteção e alcance de melhores condições de trabalho do empregados.

O diploma celetista trata da função assistencial dos sindicatos, nas palavras de Mauricio Godinho Delgado (2017), os deveres citados na CLT tratam de funções e prerrogativas assumidas naturalmente pelos sindicatos. O artigo 514 da CLT trata dos deveres dos sindicatos e dentre eles está a manutenção de serviços de assistência judiciária, a assistência consiste na prestação de auxílio e intervenção para resguardo de direitos. A Lei 5.584 de 1970, que trata sobre a assistência judiciária na Justiça do Trabalho, afirma em seu artigo 14 que a assistência judiciária será prestada pelo sindicato a qual o trabalhador pertencer, ainda que ele não seja associado ao respectivo sindicato como prevê o artigo 18 da respectiva lei. Dentre a seara da função assistencial o artigo 592 da CLT prevê como deve ser a aplicação da contribuição sindical, dentre as destinações trazidas pelo dispositivo está a prestação de serviços de assistência judiciária, a prestação de assistência técnica, médica, jurídica, dentária, hospitalar, farmacêutica, educação profissional, creche e maternidade.

Sergio Pinto Martins (2018) também traz dentro das divisões das funções e prerrogativas dos entes sindicais as funções econômicas e políticas dos sindicatos, ao qual são vedadas pela CLT em seus artigos 564, 511 e 521, alínea d, respectivamente. Quanto a vedação de função econômica está a impossibilidade de o sindicato exercer atividade econômica, direta ou indiretamente. E quanto a vedação de função política está o fato de que não devem os sindicatos fazerem política partidária e se dedicar a política. Mauricio Godinho Delgado (2017, p. 1529) afirma que tais dispositivos não foram recebidos pela Constituição Federal, pois atacariam diretamente os princípios da liberdade sindical e autonomia dos sindicatos:

Tais preceitos celetistas vedatórios de atividades sindicais econômicas e políticas foram recebidos pela Constituição de 1988? A resposta é, seguramente, negativa. Não há como, na vigência efetiva dos princípios de liberdade de associação e de autonomia sindical, assegurados pela Constituição, restringir, nessa extensão, as atividades sindicais. Meras razões de conveniência do legislador infraconstitucional não são bastantes para inibir a força de tais princípios constitucionais.

O fato de os sindicatos não poderem se dedicar as funções políticas e econômicas dividem os doutrinadores, sendo levantados pontos que afirmam que fazer essas vedações atacariam diretamente os princípios sindicais, como a liberdade e autonomia dos sindicatos e pontos que afirmam que a permissão de função política e econômica por esses entes traria grande possibilidade de os sindicatos se afastarem dos seus fins normais, que seria a defesa dos direitos dos trabalhadores, em que os sindicatos se desvirtuariam de suas funções negociais e representativas.

A realização de funções políticas e econômicas pelos sindicatos podem apresentar afrontas aos princípios da liberdade e autonomia dos sindicatos, porém a restrição dessas funções podem apresentar resguardo para a atuação dos sindicatos, a qual protege a representação do trabalhador. A realização das funções políticas pelos sindicatos, possivelmente, afastaria os integrantes das categorias representadas de uma possível associação ao ente sindical, visto diferentes posições ideológicas e políticas, o que acabaria repelindo trabalhadores a se associarem aos respectivos sindicatos que tivessem posicionamentos diversos. Também seria possível ocorrer vícios na atuação dos sindicatos, com o cumprimento de suas funções apenas quando não atingissem seus posicionamentos políticos.

Quanto a realização de função econômica pelas organizações sindicais existem pontos que restam positivo e negativo ao trabalhador. A sua atuação econômica pode acabar fazendo com que o sindicato se desvie de suas funções relacionadas ao trabalhador priorizando o lado econômico, o que também acaba sendo um risco a garantia de interesses do trabalhador. Porém a realização da função permitiria o aumento do poder de atuação dos sindicatos, visto a necessidade financeira para uma atuação mais encorpada.

### 3.2 O DIREITO À REPRESENTAÇÃO DO TRABALHADOR E A REPRESENTATIVIDADE SINDICAL “ERGA OMNES”

Com o entrelace das funções sindicais as prerrogativas de representação e negociação dos sindicatos mostram importância e necessidade para o trabalhador, em que é possível

observar pontos benéficos e relevantes, como acesso à justiça, acordos e negociações para a categoria a qual pertence o operário. Segundo Mauricio Godinho Delgado (2017) para que o trabalhador possa ser visto na sociedade se faz necessário seus agrupamento. O agrupamento dos trabalhadores, sindicatos, permitem a força e destaque dos operários que são o lado mais frágil da relação trabalhista.

Ressalta Dantas Júnior (2017, p. 278), ao tratar da reunião de grupos operários, a importância da representação sindical, que se torna uma necessidade para os trabalhadores, pois os momentos históricos já provaram que sem um agrupamento não é possível o alcance de melhores condições de trabalho.

A obrigatória participação dos sindicatos nas negociações coletivas se constitui como freio à pressão que é imposta pelo empregador em virtude de sua vantagem econômica. Isso foi o que a história nos ensinou. Não se trata de ideologia nem de achismo ou de suposições infundadas, mas sim de fatos históricos.

As relações quando se davam de modo contratual entre empregado e empregador ficavam condicionadas as vontades do patrão, só vindo a ocorrer algumas modificações com a união e junção das vozes dos trabalhadores e logo após a organização dos sindicatos. Atualmente a garantia do direito associativo e sindical é previsto em convenções e constituições em que é possível observar que a normatização, que também reforça a garantia e a existência dos sindicatos para a proteção de interesses dos trabalhadores.

A Constituição Federal traz hipóteses a qual se faz necessária e obrigatória a participação dos entes sindicais, sendo preciso que para ocorrer algumas relações esteja presente a figura sindical, visto a proteção de garantias do trabalhador. O artigo 8º, inciso VI da Constituição Federal. “Art. 8º. VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho” (BRASIL, 1988). Nas negociações coletivas de trabalho é obrigatória a participação dos sindicatos, em que se faz necessária uma atuação forte do sindicato já que é de sua exclusividade a realização de acordos e convenções que podem ampliar as garantias do trabalhador.

A Constituição Federal definiu como obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho. Nos termos do artigo 611 da CLT a convenção e o acordo coletivo abrangem todos os trabalhadores da categoria e da base territorial, associados ou não. A representação do sindicato vai além daqueles que se associam, ela atinge toda a categoria e confirma a necessidade da atuação sindical. Não sendo organizadas por sindicatos as celebrações de acordos coletivos, a legitimidade para a representação das categorias passa para

as Federações ou Confederações, porém não se desvinculando da representação por entidades sindicais.

Com o caráter compulsório da contribuição sindical, ou seja, o desconto em folha salarial dos empregados independentemente de sua autorização, sendo essa verba destinada a manutenção dos sindicatos fazia com que existisse elo direto dos empregados junto ao sindicato da respectiva categoria. Assim, mesmo que o trabalhador não fizesse contribuição da mensalidade sindical prevista no artigo 548, alínea “b” da CLT, que consiste em uma contribuição voluntária realizada por aqueles que se filiam ao sindicato, a contribuição realizada pelos trabalhadores gerava um vínculo a qual poderia ser cobrado dos sindicatos a sua participação na realização de suas funções junto a defesa das garantias do trabalhador.

As funções dos sindicatos se estendem inclusive aos que não são sindicalizados, conferindo legitimidade da atuação dos sindicatos para a ampliação de possibilidades de garantia de acesso à justiça e proteção de direitos pelo trabalhador. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho já assim entende:

**RECURSO DE REVISTA 1 - LEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. NÃO SINDICALIZADOS.** O art. 8.º, III, da Constituição Federal confere ao sindicato legitimidade ampla, restando autorizado a substituir processualmente toda a categoria de trabalhadores, sindicalizados, não sindicalizados e até ex-empregados, em casos como o dos autos, cujo direito é proveniente de causa comum, afetos a uma gama de trabalhadores na mesma condição. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. **2 - RSR. TURNO DE REVEZAMENTO. CRITÉRIO PARA O CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS.** O julgador regional delimitou a matéria no sentido de que a concessão dos repousos semanais remunerados foi tratada na Lei 5.811/72 e Lei 605/49, e a discussão envolve apenas o critério para cálculo do reflexo das horas extras nos repousos dos substituídos, no turno de revezamento de 8 horas. Os artigos constitucionais suscitados não têm pertinência direta com o tema em exame. E quanto ao propalado Acordo Coletivo, esse aspecto fora rechaçado desde a sentença pelo Julgador, sendo que a insatisfação da recorrente deveria ter sido abordada, na ocasião, por meio de embargos de declaração, todavia, a parte ficou silente acerca do tema. Destarte, esta Turma não poderá mais analisar o pedido sob o enfoque do ACT, suscitado via recurso de revista, em razão do instituto da preclusão a que aludem as Súmulas 184 e 297, II, do TST. Recurso de revista não conhecido. (TST - RR: 18637220105120004, Relator: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 09/12/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/12/2015).

A representação do trabalhador se tornou uma garantia de proteção dos seus direitos, pois atuação dos sindicatos vai além da vinculação aos seus associados. A representação do trabalhador constitui direito de resguardo constitucional, com previsão no artigo 8º da Constituição Federal. A manutenção sindical consiste de maneira proporcional a representação

para o alcance de diversos direitos dos seus integrantes, permitindo que o sindicato alcance os direitos das categorias. Com as prerrogativas definida pela Constituição a fragilidade da figura sindical passou a significar a fragilidade de interesses dos trabalhadores.

A Constituição Federal definiu como obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, não podendo ser de figuras individualizadas entre os trabalhadores. Nos termos do artigo 611 da CLT a convenção e o acordo coletivo abrangem todos os trabalhadores da categoria e da base territorial, associados ou não. A representação do sindicato vai além daqueles que se associam, ela atinge toda a categoria e confirma a necessidade da atuação sindical. Não sendo organizadas por sindicatos as celebrações de acordos coletivos, a legitimidade para a representação das categorias passa para as Federações ou Confederações, porém não se desvinculando da representação por entidades sindicais.

Não é possível afastar da figura sindical a representação do trabalhador, é inseparável de sua atuação a defesa e busca de garantias ao trabalhador, sendo de amparo constitucional a representação do trabalhador como função sindical.

### 3.3 A REPRESENTAÇÃO JUDICIAL PELOS SINDICATOS ANTES E DEPOIS DA REFORMA TRABALHISTA

A Reforma Trabalhista, entrou em vigor em 11 de novembro de 2017, trouxe revogações, alterações e acréscimos em dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas, os dispositivos incluíram questões de direitos individuais, sindicais e de âmbito processual. Quanto ao ponto das relações sindicais a reforma modificou a chamada contribuição sindical a qual anteriormente, autorizado pelo Decreto-Lei n. 1.402 de 1939 e mantido na CLT, tinha caráter compulsório e após a vigência da reforma passou a ter uma caráter meramente facultativo.

A alteração do caráter da contribuição sindical modificou também a representação dos trabalhadores, em sentido amplo, envolvendo as funções dos sindicatos. Na visão de Dantas Júnior (2017) a reforma atacou a representatividade dos trabalhadores e diminuiu a atuação dos sindicatos; diminuiu a atuação sindical a medida que atingiu sua principal fonte de receita, a contribuição sindical, e afetou a luta de proteção de direitos do trabalhador em que a ataca as forças do sindicato e permite a negociação do trabalhador diretamente junto ao empregador.

A Lei 13.467 de 2017 incluiu na CLT o artigo 611-A, “Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre ...” (BRASIL, 2017), afirmou que a convenção coletiva e o acordo coletivo

de trabalho têm prevalência sobre a lei e incluiu disposições de quando poderão ocorrer. A reforma adicionou um caráter relevante aos acordos e convenções coletivas, em que o que ficar estabelecido no contrato valerá para a categoria.

Mas, também, foram feitas mudanças quanto a negociação de direitos trabalhistas, a qual permitiu ao trabalhador realizar acordos de maneira individualizada, não se exigindo a participação dos sindicatos. Dentre as mudanças está a inclusão dos parágrafos 5º e 6º do artigo 59, que trata da possibilidade de o empregado negociar diretamente junto ao empregador sobre banco de horas. Também com o acréscimo do artigo 59-A para o estabelecimento de horário e jornada de trabalho.

Art. 59-A. Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação (BRASIL, 2017).

Outra inserção foi o parágrafo único do artigo 444 em que tornou possível a livre estipulação de relações contratuais de trabalho entre empregado, portador de diploma de nível superior e que receba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, e empregador ficando de livre estipulação das partes, podendo ser aplicadas todas as possibilidades do artigo 611-A, que são tratadas por acordos e convenções coletivas.

Art. 444 - As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

Parágrafo único. A livre estipulação a que se refere o caput deste artigo aplica-se às hipóteses previstas no art. 611-A desta Consolidação, com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos, no caso de empregado portador de diploma de nível superior e que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. (BRASIL, 2017).

O parágrafo único do artigo 444 permitiu que o trabalhador, ao preencher alguns requisitos, faça acordos diretamente com o empregador, sem a necessidade de atuação dos sindicatos, e que o que ficar estabelecido entre as partes terá prevalência sobre a lei. Na visão Mauricio Godinho Delgado (2018) um empregado que possua diploma de nível superior e tenha salário igual ou superior a duas vezes o valor do teto previdenciário é vulnerável e hipossuficiente frente o poder do empregador.

A permissão dada pela reforma trabalhista para o trabalhador, que tem nível superior e recebe no mínimo duas vezes o valor do teto previdenciário, negociar com o patrão consiste em deixar indefeso a figura do trabalhador. Mesmo que o empregado tenha uma remuneração acima da média ainda sim perante o poder do empregador consiste em uma remuneração ínfima. Ainda que seu salário seja de duas vezes o valor do teto previdenciário o trabalhador continua sendo subordinado as decisões do empregador e corre o risco de se não aceitar o que lhe é imposto ser demitido, ou sofrer algum tipo de retaliação do patrão. O trabalhador se sente intimidado a aceitar as disposições impostas pelo patrão, a reforma deixa o empregado em um desamparo ao realizar acordos de maneira individuais, em que apenas um lado pode fazer disposições.

Essa nova regra submete o empregado a estipulações totalmente desproporcionais, que em sentido contrário de seus fundamentos de sua inserção acarretarão ainda mais subordinação e desigualdade nas relações trabalhistas.

A Reforma Trabalhista também revogou o parágrafo 1º do artigo 477 da CLT que tratava da assistência dos sindicatos junto a validação do pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de um ano de serviço, com a revogação do parágrafo o empregado pode firmar sozinho a rescisão de seu contrato de trabalho.

Art. 477 - É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.

§ 1º - O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social. (BRASIL, 1970)

A revogação do dispositivo afasta a atuação sindical e permite ao trabalhador a sua ação individual. Mauricio Godinho Delgado (2018, p.200) comenta sobre a revogação do parágrafo 1º do artigo 477 da CLT:

Com a aparente singela desburocratização promovida, a nova Lei afasta cada vez mais o sindicato profissional de seus representados, além de impedir que a entidade associativa conheça mais de perto a decisiva dinâmica de terminação dos contratos de trabalho ocorrida nos diversos estabelecimentos empresariais de sua base territorial. Nessa medida, a simplificação procedimental analisada constitui mais um elemento situado dentro de um conjunto de várias medidas elencadas pela Lei da Reforma Trabalhista dirigidas ao enfraquecimento do sindicalismo de trabalhadores na economia e sociedade brasileira.



Na visão de Dantas Júnior (2017) a Reforma Trabalhista colocou o trabalhador para negociar diretamente com o empregador, deixando de lado a figura de sindicato que tem papel de representá-lo. Colocou em patamar idêntico trabalhador e empregador, permitindo um retorno ao modo contratual entre partes de forças assimétricas.

Mauricio Godinho Delgado (2018, p.282) ressalta que a reforma buscou uma “flexibilização trabalhista pela via coletiva negociada” e que teve como consequência a impossibilidade das negociações gerarem pontos positivos nas condições de trabalho. A ideia central da reforma seria ‘facilitar’ as relações de trabalho, entre patrão e operário, porém os pontos aos quais ela conseguiu atingir foi o de limitar e dificultar a atuação sindical, com a permissão de que o trabalhador pudesse negociar diretamente junto ao patrão, e atacar as condições de trabalho que eram alcançáveis através de fortalecimento de entes com funções de garantir direitos trabalhistas.

Nas mudanças ocasionadas pela reforma autores se dividem quanto a valoração das consequências na representação e direito dos trabalhadores. É visto que de um lado se põe aqueles que visualizam as mudanças quanto a representação do trabalhador, a mudança do caráter da contribuição sindical e os acordos individuais como pontos positivos para o trabalhador. Como trata o autor Márcio Custódio (2018) ao afirmar que diversos sindicatos não possuem poder de negociação e são ilegítimos representantes das categorias, sindicatos que modificarão o modo de representação com o novo caráter da contribuição sindical, que anteriormente era compulsório e associado a uma baixa atuação dos sindicatos.

Em outro ponto também é possível observar os que fazem críticas as mudanças trazidas pela Lei 13.467 de 2017 e acreditam que o objetivo da reforma foi o de criar ambientes mais degradantes de trabalho e tirar a força de representantes dos operários. Assim como aponta Dantas Júnior (2017) alegando que o objetivo da lei seria um enfraquecimento sindical, pois se o ideal da Reforma Trabalhista fosse a melhora quanto a falta de representação por parte dos inúmeros sindicatos o ideal seria uma reforma sindical, a qual poderia garantir maior atuação. Afirmando Dantas Júnior (2017, p.281):

Esse ataque, com o evidente objetivo de enfraquecimento dos sindicatos, fica muito claro em diversos aspectos: o fim do imposto sindical compulsório, a desnecessidade de homologação das rescisões contratuais, a criação de órgãos de representação dentro de cada empresa (e não dentro da categoria, como ocorre com os sindicatos), o aumento de hipóteses nas quais a negociação individual é aceita etc.

A Reforma causou inúmeras modificações na relação entre patrão e empregado, em que permitiu acordos individuais entre eles afastando a figura sindical, com afirmações de que permitiriam um diálogo mais simplificado entre as partes e ainda fariam com que os sindicatos procurassem o trabalhador e demonstrassem a sua importância, crescendo sua atuação. Mas o que se percebe de fato é que passou a existir uma permissão para que partes economicamente e com forças desiguais realizassem acordos. A ideia central não passou pela questão de ampliar a ação dos sindicatos e sim diminuir sua representação.

## 4 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA

A Reforma Trabalhista entrou em vigor em 11 de novembro de 2017, e com ela alterações na legislação trabalhista foram feitas. A principal mudança quanto ao sindicalismo consistiu na alteração do caráter da contribuição sindical, que passou de obrigatório para facultativo.

O modelo de contribuição é existente no país desde 1939, com o Decreto-Lei n. 1.402, o caráter da contribuição se manteve por quase oitenta anos e a sua modificação ocorreu apenas de modo direto com a Reforma Trabalhista sem um período de transição para o novo modelo. A mudança do caráter da contribuição ocorreu com a alteração do artigo 579 da CLT, a seguir transcrito:

Art. 579. O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 desta Consolidação (BRASIL, 2017).

A contribuição obrigatória permitia que os sindicatos representassem a respectiva categoria, devido ao pagamento de todos os integrantes, independentemente da quantidade de trabalhadores sindicalizados. Com a alteração do artigo 579 é necessário que o trabalhador autorize o desconto da contribuição de modo expresse e prévio. As mudanças trazidas pela reforma acabaram gerando consequências de fragilização dos sindicatos, em vista dos cortes bruscos e repentinos de suas receitas e com isso acabam modificando a sua atuação frente o trabalhador.

A diminuição da fonte de receita sindical reduziu serviços prestados aos trabalhadores sindicalizados, como atendimento jurídico, médico, odontológico, distribuição de cestas básicas, serviços de lazer, cursos e palestras. A alteração também reduziu em 50% a realização de convenções coletivas no primeiro trimestre de 2018 em relação ao mesmo período de 2017, e em 30% a realização de acordos coletivos em igual período, segundo sistema implantado pelo Ministério do Trabalho.

As mudanças e revogações de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho tiveram como argumento a aproximação da autonomia da vontade dos trabalhadores, porém a permissão de acordos individuais entre empregados e empregadores e a alteração da

contribuição sindical criaram resquícios de afastamento da figura dos sindicatos, que reforçam contexto de diminuir a atuação e força sindical.

#### 4.1 A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5794

O Supremo Tribunal Federal, nos dias 28 e 29 de junho de 2018, julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 5794 que questionava o artigo 1º da Lei 13.467 de 2017 que alterou os artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da CLT, a mudança dos artigos consiste na realização desconto da contribuição sindical que só poderá ocorrer após a autorização prévia e expressa do trabalhador.

A ação questionava sobre a constitucionalidade do fim da compulsoriedade da contribuição sindical. O julgamento ocorreu no plenário do STF e teve o voto de nove ministros. No julgamento da ADI n. 5794 foram também julgadas 17 ações de inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 55 que pedia a constitucionalidade da norma. O resultado do julgamento da ADI n. 5794 foi aplicado a todas essas ações.

O ajuizamento da ADI n. 5794 foi realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos - CONTTMAF, que é uma das legitimadas a apresentar a ação nos termos do artigo 103, inciso IX da Constituição Federal. Os argumentos expostos pela requerente CONTTMAF e, igualmente, as alegações dos autores das demais ações de inconstitucionalidade, apensadas à ADI nº 5794, apresentam, de forma resumida, que o art. 1º da Lei 13.467 de 2017 viola os artigos 146, II e III, 149 e 150, parágrafo 6º da Constituição Federal. Os dispositivos tratam de matéria tributária. Os incisos II e III do artigo 146 abordam a necessidade da lei complementar para regular as limitações ao poder de tributar e estabelecer normas gerais em legislação tributária. O artigo 149 trata da competência exclusiva da União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas. O artigo 150, parágrafo 6º, aborda que subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica.

O argumento de inconstitucionalidade formal apresentado contra o fim da contribuição sindical obrigatória se dava quanto aos fatos que atrelavam contribuição sindical a um tributo, nos termos do artigo 3º do Código Tributário Nacional e que para o tratar do assunto, a dispensa do tributo necessitaria de lei complementar e de lei específica, o que é diverso da lei da reforma trabalhista que consiste em lei ordinária.

Ainda quanto a inconstitucionalidade formal tinha, no caso de descontos de empregados, 10% dos recursos arrecadados com contribuição sindical são destinados a União para o Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, assim a transformação no caráter da contribuição relaciona ao fato de que a União realizaria uma renúncia fiscal, pois não foi acompanhado o impacto orçamentário e financeiro, na alteração da natureza da contribuição sindical, nos termos do artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Quanto os argumentos de inconstitucionalidade material é afirmado que a mudança no caráter da contribuição sindical teria como efeito o cerceamento da ampla defesa, contraditório e da assistência jurídica integral, direitos fundamentais do trabalhador, à medida que a redução da maior fonte de receita dos sindicatos implicam a diminuição de sua atuação na representação dos trabalhadores, a qual consiste diminuição do acesso à justiça.

As entidades requerentes alegaram que a mudança no caráter da contribuição de obrigatória para facultativa desrespeita direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores, de modo que o dever de assistência jurídica dos trabalhadores pertence aos sindicatos, porém com a alteração não existiria tal obrigação, nem a garantia da representação dos trabalhadores em juízo e na esfera administrativa. Os requerentes apontaram que a alteração de suas receitas causariam uma insuficiência de recursos para realização de atividades, já que a contribuição sindical representa mais de 60% das receitas sindicais.

O julgamento da ADI n. 5794 contou com a presença de mais de 40 *amici curiae*. As sustentações orais dos *amici curiae* abordaram principalmente sobre o modo a qual ocorreu a modificação brusca da contribuição, em que existiria um desprestígio dos entes sindicais a medida que tem como objetivo individualizar a figura do trabalhador.

Além da exposição de argumentos dos requerentes também emitiu parecer a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, que apontou pela constitucionalidade do fim da contribuição sindical obrigatória. Em seu parecer a procuradora-geral atacou as impugnações de inconstitucionalidade formal, afirmando que é desnecessário lei complementar para a instituição ou revogação de contribuição de interesses das categorias econômicas ou profissionais e a mudança na natureza da contribuição não implicam ofensa à Constituição Federal.

A Presidência da República foi representada pela então Advogada-Geral da União, Grace Mendonça, que também defendeu o fim da obrigatoriedade da contribuição, afirmando que o caráter facultativo da contribuição se aproxima do princípio da liberdade sindical, previsto no artigo 8º, inciso V da Constituição Federal, a seguir transcrito: “Art. 8º. V- ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato” (BRASIL, 1988).

Afirmou também, a advogada-geral, que a contribuição sindical não seria a única fonte de custeio dos sindicatos, não implicando assim o fim das atividades associativas, uma vez que a contribuição sindical não teria chegado ao fim, e sim sua obrigatoriedade.

O relator do processo foi o ministro Edson Fachin que em seu voto julgou inconstitucional o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical. Em seu voto o ministro ressaltou a importância do tema sobre as fontes de receita dos entes sindicais, ressaltando que estava em julgamento apenas se alteração normativa estaria ou não em conformidade com o texto constitucional. O aludido ministro fez um histórico pelo qual passou a contribuição sindical que conduziram o sistema sindical até os dias atuais. Para o ministro o sistema sindical brasileiro é composto por três pontos centrais, aos quais se encontram nos incisos II, III e IV do artigo 8º da Constituição Federal: a unicidade sindical, a representação compulsória e a contribuição sindical.

O ministro ressalta que a contribuição sindical não pode ser alterada se não houvesse uma mudança nos outros pilares que sustentam o sistema sindical do Brasil, pois existindo a alteração em apenas um dos pilares todo o sistema sindical estaria estremecido. Como afirma Fachin (2018):

A discussão sobre a constitucionalidade, ou não, da desconstituição da compulsoriedade da contribuição sindical há que ser ambientada nessa sistemática sindical integral, sob pena de desfiguração do regime sindical constituído em 1988 e frustração de toda a gama de direitos fundamentais sociais, os quais de forma direta ou indireta, nele estão sustentados.

O ministro também salientou que a norma questionada pelas ADI's padece de inconstitucionalidade formal, à medida que gera renúncia fiscal pela União, visto que porcentagem do que é arrecadado com as contribuição é destinado para o Conta Especial Emprego e Salário e forma receita pública, devendo para existir a renúncia um supervisão de suas consequências. Fachin também alega existir inconstitucionalidade material de modo que tal alteração no custeio sindical suprime o regime sindical que consiste em direito fundamental, protegido pela Constituição Federal. Aponta o ministro Edson Fachin (2018):

[...] a liberdade de associação deve ser harmonizada com o direito de uma categoria ser defendida por um sindicato único, de modo que admitir a facultatividade da contribuição, cuja concepção constituinte tem sido historicamente da obrigatoriedade, pode, ao menos em tese, importar um esmaecimento dos meios necessários à consecução dos objetivos

constitucionais impostos a estas entidades, dentre os quais destacam-se a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria (artigo 8º, III, da CRFB), participação obrigatória nas negociações coletivas de trabalho (artigo 8º, VI, da CRFB), denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União (artigo 74, §2º, da CRFB), ajuizar ações diretas e ações mandamentais coletivas perante a jurisdição constitucional (artigos 5º, LXX, e 103, IX, da CRFB).

O ministro conclui seu voto julgando procedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade. Apontou a inconstitucionalidade material da norma a medida que ela não fez alterações na unicidade sindical e na representação ampla dos sindicatos. Afirma o ministro não ser possível a alteração de apenas um dos pontos base do sistema sindical, sendo necessário que existisse uma reforma completa no sistema visto que não pode existir a alteração de um dos pontos sem uma medida quanto aos outros.

A ministra Rosa Weber e o ministro Dias Toffoli também acompanharam o voto de Edson Fachin. A ministra Rosa Weber em antecipação ao seu voto afirmou não ter afinidade pela contribuição sindical obrigatória, porém retornou aos argumentos apresentados pelo ministro Fachin em afirmar que o sistema sindical consiste em um tripé ao qual não é possível fazer alteração em apenas um dos requisitos e permitir que sua estrutura se mantenha, a alteração desmedida faz com que o sistema sindical desmorone. Afirma a ministra Rosa Weber (2018):

[...] entendo que o financiamento da organização sindical por meio de contribuição obrigatória de todos os membros da categoria propicia a criação de sindicatos meramente cartoriais, despidos de verdadeira representatividade coletiva. [...] Não há exercício da ampla representatividade da categoria sem o respectivo custeio das entidades sindicais. O financiamento constitui elemento indispensável à estruturação saudável dos sindicatos. A diminuição brusca e repentina da receita debilita a agência sindical com reflexos perniciosos na melhoria das condições de trabalho.

O ministro Dias Toffoli em seu voto frisou que a mudança da natureza da contribuição sindical do modo que foi realizada foi de maneira brusca, o que cria um cenário de instabilidade e risco para o sistema sindical.

Os ministros Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Marco Aurélio e Cármen Lúcia, divergiram do voto do relator e votaram pela improcedência do pedido de inconstitucionalidade do fim da contribuição sindical obrigatória.

Em seu voto o ministro Luiz Fux afirmou que os argumentos que invocam a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei 13.467 de 2017 não são críveis. Afirmando não haver inconstitucionalidade formal, pois não exigiria a Constituição Federal lei complementar para a extinção de contribuições, visto que não se exige também lei complementar para as disposições gerais sobre contribuições. Quanto as alegações de inconstitucionalidade material o ministro Fux afirmou que a existência da contribuição sindical de forma obrigatória não permitia melhoras significativas das categorias representadas, pois algumas entidades sindicais existiam para a recepção dos valores arrecadados com as contribuições.

O ministro Fux destacou que a alteração permitiria uma nova realidade na relação dos entes sindicais e dos representados, com o foco de alcançar mais filiados, em decorrência de maior atuação.

O ministro Alexandre de Moraes também acompanhou o voto do ministro Luiz Fux, acrescentando que a Constituição Federal não tornou a existência do imposto sindical como obrigatória, e delegou ao Congresso Nacional as disposições sobre a contribuição. Assim, não é possível uma vedação do modo a qual o legislador estabelecer.

Quanto as inconstitucionalidades de forma apontadas afirma o ministro Barroso que o Supremo Tribunal Federal já consolidou em jurisprudência que não necessitam de estabelecimento por lei complementar a instituição de contribuições de interesses das categorias profissionais. O ministro ressaltou o ponto apresentado pela advogada-geral da União a qual afirma não ter existido uma extinção de contribuição e sim apenas a alteração de sua natureza.

O ministro Luís Roberto Barroso em seu voto reforçou que o objeto do julgamento era restrito ao fato de ser a contribuição sindical ser facultativa ou compulsória. O ministro apontou a necessidade de se fazer uma reforma em todo o sistema sindical, sendo necessária a continuação do que foi iniciado com a contribuição sindical. Afirmou o ministro Barroso (2018):

Eu gostaria de dizer que, ao falar que o Congresso começou a mudar esse modelo e que ele é o protagonista desse processo, eu digo que começou porque há um próximo passo necessário e coerente com o fim da contribuição sindical, a meu ver, que é também o fim da unicidade sindical, porque senão o modelo fica capenga. De modo que, aqui no meu voto, já faço, desde logo, um apelo ao legislador ou ao constituinte derivado que é preciso completar a reforma, se não ela fica pela metade. Mas, essencialmente, Presidente, na minha visão, nós precisamos é de mais sociedade civil, mais movimento social e menos Estado.



O ministro Barroso também afirmou serem necessários os questionamentos quanto a transição do modo de contribuição, porém afirma que a mudança da natureza da contribuição sindical consiste em decisão referente ao Congresso Nacional, argumentando posição anteriormente tratada pelo ministro Alexandre de Moraes ao afirmar ser de decisão do Congresso Nacional o caráter da contribuição sindical.

O ministro Gilmar Mendes afirmou que o modelo de contribuição compulsória criou uma distorção, em que no país existem quase dezessete mil sindicatos que existem com o propósito de receberem parte da contribuição sindical e não para representar os trabalhadores das categorias, votando improcedente a inconstitucionalidade do fim da contribuição obrigatória.

O ministro Marco Aurélio em seu voto afirmou a alteração do caráter da contribuição extinguirá a sua automaticidade, visto que os sindicatos irão necessitar de autorização dos filiados para a realização do desconto, o que seria o ideal, visto que exista o consenso de pagamento daqueles que financiam o aquele sistema.

A ministra Cármen Lúcia em seu voto evidenciou que a mudança do caráter da contribuição sindical não inviabiliza as atividades sindicais, e uma eventual lesão não é argumento suficiente para afirmar ser inconstitucional a norma que realiza a mudança nos dispositivos da CLT.

No fim do julgamento ficou a votação sendo seis votos que decidiram pela constitucionalidade do fim da obrigatoriedade da contribuição sindical contra três votos pela inconstitucionalidade do fim da contribuição sindical obrigatória. Assim, entendeu o Supremo Tribunal Federal que é constitucional a contribuição sindical com caráter meramente facultativo.

O posicionamento da maioria do Supremo Tribunal Federal foi a de julgar constitucional o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical. Os votos apresentaram como pontos principais os fatos que sistema sindical dispõe de outras fontes de receita para seu custeio, permitindo que esses sindicatos continuem com a realização de suas atividades e representação das categorias. Também apresentaram o fato de que existem muitos sindicatos no país sem nenhuma representatividade a qual existem com o único objetivo de receber os valores da contribuição sindical, assim estando a contribuição sindical em caráter facultativo teria como efeitos maior representatividade e cumprimento de funções sindicais com a consequente maior filiação de trabalhadores.

Os pontos mais atacados dentre os votos dos ministros se destaca a quantidade de sindicatos existentes no país, a qual parte desses atrelam sua existência ao recolhimento da

contribuição. Porém a realidade é que esses sindicatos não existem de maneira ilegal, eles tem autorização legal e constitucional para sua existência, o texto constitucional permite garante nos termos do artigo 8º incisos I e II da Constituição. Não é possível tentar diminuir a quantidade de sindicatos existentes no país atacando a maior fonte de custeio de representantes dos trabalhadores. Sindicatos que não possuem representatividade possivelmente desaparecerão, porém sindicatos a qual tem grande execução de atividades representativa, assistencial e negocial do trabalhador também poderão desaparecer se não tiverem alto número de filiados, pois não é possível afirmar que conseguirão financiar suas atividades. Outras fontes de receita dos sindicatos existem, porém elas restam insuficientes para o desempenho de todas as atividades necessárias e úteis dos sindicatos, visto estrutura da atuação modelada junto a contribuição sindical obrigatória.

Os votos vencidos do relator Edson Fachin e dos ministros Rosa Weber e Dias Toffoli trazem que a problemática em relação a contribuição sindical não se encontra apenas no ponto do número de sindicatos do país, e sim se trata de um ponto que afeta todo o sistema sindical e a sua existência. A modificação no caráter da contribuição sindical pode afetar os sindicatos que atuam e representam os trabalhadores e a sua extinção atinge direitos fundamentais dos trabalhadores, como afirmado pelo relator. A modificação sem um esboço preliminar, sobre como se garantir a assistência ao trabalhador ou uma reforma suficiente que permita a manutenção da representação e existência do sistema sindical, permitem que exista uma desaparecimento dos sindicatos e consequente afetação de garantias trabalhistas.

O voto do relator Edson Fachin é muito pertinente no sentido de acarretar a inconstitucionalidade formal da alteração da natureza da contribuição sindical, pois por sua natureza tributária a contribuição não poderia ser extinta por lei ordinária. A mudança na natureza da contribuição sindical do modo como foi alterada com a reforma trabalhista significa um ataque aos direitos coletivos e individuais de trabalho, também acarretando inconstitucionalidade material. A contribuição sindical de modo compulsório sobreveio de decisão Estatal, o Estado impôs a mais de setenta anos, vigente, no país que a contribuição sindical deveria ser paga obrigatoriamente as organizações sindicais. A contribuição obrigatória constitui-se a maior fonte da renda dos sindicatos e a sua extinção acarreta uma fragilização na autonomia dos entes sindicais.

#### 4.2 A NOVA REALIDADE SINDICAL: O ENFRAQUECIMENTO DOS SINDICATOS PÓS-REFORMA TRABALHISTA

A Reforma Trabalhista alterou o caráter da contribuição sindical e com isso a realização de seu pagamento não é mais obrigatório, é facultativo, dependendo da autorização expressa e prévia do trabalhador. Com a necessidade de autorização do trabalhador surge a possibilidade de que operários optem pela não realização do pagamento da contribuição, gerando, consequentemente, uma mudança nas condições financeiras dos entes sindicais.

A alteração ocorreu em um período de onze meses, desde o Projeto de Lei 6.787 de 2016 até a conversão em lei e posteriormente com sua vigência. A alteração veio sem estudos antecedentes de impactos, sem reuniões junto aos trabalhadores e seus representantes. Os entes sindicais passaram a lidar com essa nova realidade financeira, a qual consequentemente modifica a realização de suas atribuições. Em nota técnica sobre o financiamento sindical o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE ao comparar a depósito sindical entre os meses de abril de 2018 e abril de 2017 constatou que houve uma queda de 90% na arrecadação da contribuição.

A redução das fontes de receita dos sindicatos é evidente e impossibilita a realização de atividades que são essenciais para garantia de assistência ao trabalhador. Como afirmam Mara Darcanchy, Priscila Luciene Santos de Lima e Débora Patrícia Seger (2018, p.123) “Percebe-se que uma entidade que demorou milhares de anos para chegar ao ponto que estava, passa a estar em risco de retrocesso, com uma pequena alteração realizada sem o devido debate e conscientização”.

A obrigatoriedade de representação de todos os integrantes da classe exige que os sindicatos disponham de mais recursos financeiros, com as possibilidades de existir ou não existir o pagamento da contribuição sindical faz com que os sindicatos redirecionem a produção de suas atividades de assistência em face do trabalhador, devido a inconstância de suas receitas.

Dentre as consequências estão a onerante atuação da figura sindical a representação dos que não apostam em sua importância. A prestação de assistência a todos os membros da categoria, geram custos ao entes, pois as representações e negociações, quer em caráter individual ou em caráter coletivo, cabem aos entes sindicais.

A desigualdade a qual ocorre de as mesmas conquistas, através da figura sindical, serem aproveitadas por sindicalizados e pelos que não são, criam uma desmotivação ao pagamento da contribuição, visto que mesmo não sendo realizado o pagamento pelos trabalhadores as conquistas alcançadas pelos entes sindicais os vinculam.

Impedir a viabilidade financeira das organizações sindicais e atribui aos seus associados os custos da atividade dos sindicatos atacam a liberdade sindical e diminui a atuação e o poder dos sindicatos.

Krein (2018) afirma que a contribuição sindical de modo facultativo já vinha sendo defendida por organizações sindicais. Anteriormente a essa modificação seria necessário haver uma reforma junto a todo sistema sindical que permitisse a substituição dos valores arrecadados com a contribuição sindical obrigatória para o custeio das entidades, sem necessariamente diminuir seus valores de investimento na atuação frente aos direitos dos trabalhadores.

A mudança ocorrida foi vista como de modo brusco, a alteração seria passível de ocorrer a medida que houvesse dialogo junto as organizações sindicais para ocorrer de modo gradativo. As receitas das organizações sindicais não foram previamente organizadas, fazendo com que cortes em atuações que são indispensáveis para o trabalhador padeçam, como afirma Krein (2018, p. 94) “Estratégias que podem ir desde a unificação de entidades e aproximação da base e da sociedade até a possibilidade da “mercadorização” da atividade sindical, pela venda de serviços, entre os quais o da negociação coletiva”.

A mudança no caráter da contribuição sindical, a qual já declarado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, gerou a perda da principal fonte de receita dos sindicatos. A afetação de suas receitas gerou consequências, como a nova dinâmica do movimento sindical, a qual pôs ao sindicato a necessidade de busca de operários dispostos a se sindicalizarem, em que a partir da vigência da Reforma os entes sindicais terão que ir até o trabalhador e demonstrar os motivos e a importância da contribuição sindical. Como trata Márcio Custódio (2018, p. 101):

No primeiro estágio é certo que deverão procurar contribuições voluntárias para se manterem. Contudo, necessariamente, para atingir tal feito, terão de promover um intenso trabalho de convencimento junto aos seus representados e que justifique o pagamento pelos serviços que irão propor.

Outra consequência será a própria força sindical que estará abalada com o fato de cumprir funções sem recursos suficientes, permitindo que não tenha todo o poder necessário para cumprimento de suas prerrogativas, já que as receitas são fontes indispensáveis para sua atuação. O trabalhador que perde com o nova atuação e com a nova dinâmica da força sindical, e nas possibilidades trazidas pela Reforma Trabalhista de afastar a figura do sindicato nas relações individuais entre empregado e empregador, a qual permite que os trabalhadores estejam em negociação direta com o patrão.

As diferentes realidades com a faculdade da contribuição, a qual gera um novo modo de cumprimento de suas funções visto a mudança de sua condição financeira. Com o novo modo de financiamento as entidades terão que fazer mudanças junto ao cumprimento de suas funções, pois a destinação de verbas de suas atividades está totalmente modificado. Não é possível

pensar que o cumprimento das funções sindicais se manterá e será forte e suficiente, visto que sua principal fonte de receita foi remodelada.

Mara Darcanchy, Priscila Luciene Santos de Lima e Débora Patrícia Seger (2018) questionam como a força e representação sindical manterá sua manutenção intacta com alterações em suas condições financeiras. Os gastos realizados pelo sindicato com o custeamento de equipamentos, funcionários, manutenção de prédios elementos básicos para a realização de suas atividades foram atingidos pelo corte em sua receita. As entidades não poderão mais dispor de execução de certas atividades sem verbas para essa ação, já que não houve um estudo e organização prévia para a retirada da receita, para que pudesse ocorrer de modo menos impactante em suas atividades.

As funções e disponibilidade financeira a qual os sindicatos devem dispor para o cumprimento de suas funções não foi modificado, em base legal, como foi o caráter da contribuição sindical, mas na prática as modificações serão perceptíveis. Os gastos que os sindicatos terão que dispor para representação e negociação sindical permanecem, porém sua principal fonte de receita não mais está intacta, gerando como efeito uma diminuição da representação, fiscalização, assistência e negociação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou a alteração do caráter da contribuição sindical, que tornou-se facultativo com a Lei 13.467 de 2017, a Reforma Trabalhista. A relevância do estudo encontra bases na alteração do desempenho das funções dos sindicatos, que ao terem suas fontes de receitas modificadas também transformam o desempenho de suas atividades, o que é objeto de estudo do direito coletivo do trabalho. As alterações ocasionadas pela reforma são recentes e as mudanças no cumprimento de prerrogativas dos sindicatos começam a apresentar seus principais reflexos, pois são atacadas as garantias constitucionais dos trabalhadores, que afetam toda a sociedade.

O estudo abordou a contribuição sindical desde o início do sistema sindical brasileiro, retratou as outras fontes de custeio sindical e a representação pelos entes sindicais no sistema corporativista do país. Abordou as alterações que fazem implicações na atuação sindical e diminuem a proteção na relação empregado e empregador.

Os sindicatos de trabalhadores no Brasil nasceram com o objetivo de fortalecer a união das classes trabalhadoras e assegurar os direitos e garantias de trabalho. Sergio Pinto Martins (2018), sobre o surgimento do sindicalismo nacional, afirma que o movimento sindical no Brasil ‘surtiu’ das mãos estatais, não sendo de imediato consequência da união dos trabalhadores, mas resultado da vontade de governantes. Nessas circunstâncias os sindicatos vinculam-se política e juridicamente ao Estado.

Assim, como o movimento sindical a contribuição sindical correspondente também surgiu de imposição do Estado brasileiro que lhe atribuiu uma base legal. O Decreto-Lei n. 1.402 de 1939 em seu artigo 3º, alínea f, dispôs que a contribuição teria caráter obrigatório e seria descontada de todos os trabalhadores das respectivas categorias, sindicalizados ou não. A contribuição obteve caráter de imposto, ao qual deveria ser pago de maneira compulsória e em moeda, nos termos do artigo 3º do Código Tributário Nacional.

A contribuição manteve seu caráter compulsório desde 1939 e foi inserida na Consolidação das Leis Trabalhistas, a qual manteve seu caráter até 2017, quando foi modificado com a vigência da Lei 13.467 de 2017, a chamada Reforma Trabalhista. A reforma determinou que a contribuição sindical obtivesse caráter facultativo, ao qual passou a necessitar de expressa autorização do trabalhador para o seu desconto em folha.

A contribuição sindical consiste na principal fonte de receita das entidades sindicais e constitui elemento base para a realização de suas funções e atividades. As funções ao qual os sindicatos cumprem também são encontradas em texto legal, e dentre elas encontra-se a de

representação do trabalhador, a qual permite o desempenho das maiores garantias do direitos dos operários.

Com a receita proveniente das contribuições os sindicatos mantem condições financeiras de realizar a representação do trabalhador, seja de modo individual ou coletivo, em âmbito administrativo ou judicial, como previsto em texto constitucional.

A mudança no caráter da contribuição, com o advento da reforma trabalhista, gerou a diminuição de recursos e comprometeu suas receitas sindicais, gerando, por conseguinte, como efeitos: a dissolução e a fusão de sindicatos, bem como a diminuição na realização de atividades perante seus representados. Essa mudança na contribuição sindical ocorreu após, quase oitenta anos de um modelo de contribuição, atingindo as bases de estruturação dos entes sindicais.

A alteração alcançou críticas pelo seu modo de execução. Os argumentos para a alteração atacavam a quantidade de sindicatos atrelada a falta de representatividade, em que a alteração no modelo de contribuição sindical seria a mudança desse cenário. A representatividade das organizações podem não modificar com a alteração da natureza da contribuição sindical, a consequência gerada consiste no fato de sindicatos serem extintos, tenham eles representatividade ou não, e os que permanecerem podem não ter condições suficientes para manter um elevado nível de representatividade e força para garantia de direitos trabalhistas.

A contribuição sindical de modo obrigatório criava um vínculo entre trabalhador e sindicato da respectiva categoria, pois mesmo que não sindicalizado o trabalhador tinha o desconto de um dia de trabalho realizado em favor dos entes sindicais. A existência de um pagamento que financiava a figura sindical permitia uma percepção de contraprestação. A mudança ocasionada não passou por elementos de transição do caráter da contribuição, foi modificado sem apoio das bases sindicais do país, após décadas de um mesmo modelo. O modelo adotado fazia parte da atuação dos entes sindicais e permitiam uma estabilidade para a execução de suas prerrogativas. A ideia coerente consiste em uma reforma no modelo de contribuição sindical que fosse implementado nos momentos proporcionais e não modificar sem um planejamento prévio. A alteração necessitaria incluir o estabelecimento de contribuição que conseguisse suprir as necessidades dos sindicatos e atrelada a uma atuação mais presente dos entes sindicais.

Doutrinadores, ministros do STF, e representantes de entidades sindicais reconhecem que a compulsoriedade da contribuição sindical não é o meio mais eficaz de garantir a liberdade dos sindicatos e sua atuação. Mas o caráter compulsório se faz necessário na realidade sindical

à medida que sua alteração consistiria em uma garantia de sua autonomia se fosse realizado uma reestruturação completa em seu sistema.

Com a mudança ocorrida nos artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da CLT os trabalhadores é que se tornam os principais atingidos com o ocorrido. A força da atuação dos sindicatos diminuiu a sua atuação perante o trabalhador, o que diminui o acesso ao poder judiciário, através dos entes sindicais, tanto na substituição processual como na assistência judiciária prestada pelos entes.

A reforma demonstra ainda mais a sua decisão de deixar o trabalhador em desamparo, pois a tenta mitigar, onerar e extinguir a atuação sindical, pelo menos do modo como executou a reforma trabalhista. A alteração no caráter da contribuição sindical necessitava de uma reforma em todo o sistema sindical de modo que fosse encontrada outro modo de financiamento do sistema que fosse compatível com a atuação sindical e suprisse suas necessidades, pois as contribuições existentes atualmente restam insuficientes para arcar com o as atividades prestadas pelos entes sindicais.

A alteração também sobreveio de modo brusco e não de modo gradativo, que fizesse com que as entidades se adaptassem a nova realidade financeira, de modo que a atuação sindical possa estar prejudicada até uma reestruturação em suas receitas.

A atividade sindical deve encontrar o ponto central em que não permita que o trabalhador seja o atingido com as pontos negativos da mudança ocorrida com o caráter da contribuição e que também seja estimulada a sua vinculação a figura sindical para a manutenção das forças dos entes de modo que possam atuar constantemente e de modo rígido na defesa dos direitos do trabalhador.

É possível concluir que as entidades sindicais são atreladas a contribuição sindical de maneira necessária ao cumprimento de suas funções e atividades, de modo que a mudança no seu caráter sem uma reestruturação completa do sistema sindical acarreta o risco de suas atribuições.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da república dos estados unidos do Brasil de 1891**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)> Acesso em 15 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição da república dos estados unidos do Brasil de 1934**. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 18 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição da república dos estados unidos do Brasil de 1937**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)> Acesso em 20 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 24 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto 979, de 6 de janeiro de 1903. **Faculta aos profissionais da agricultura e industrias ruraes a organização de sindicatos para defesa de seus interesses**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D0979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm)> Acesso em 25 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto 1.637, de 5 de janeiro de 1907. **Crea sindicatos profissionaes e sociedades cooperativas**. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html>> Acesso em 25 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto 19.770, de 19 de março de 1931. **Regula a sindicalização das classes patronaes e operarias e dá outras providências**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D19770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm)> Acesso em 25 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto 24.694, de 12 de julho de 1934. **Dispõe sobre os sindicatos profissionais**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D24694.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24694.htm)> Acesso em 26 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 1.402, de 5 de julho de 1939. **Regula a associação em sindicato**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1402.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1402.htm)> Acesso em 27 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 2.377, de 8 de julho de 1940. **Dispõe sobre o pagamento e a arrecadação das contribuições devidas aos sindicatos pelos que participam das categorias econômicas ou profissionais representadas pelas referidas entidades**. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2377-8-julho-1940-412315-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 27 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 4.298, de 14 de março de 1942. **Dispõe sobre o recolhimento a aplicação do imposto sindical e dá outras providências**. Disponível em

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4298-14-maio-1942-414332-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 27 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 5.452, de 1 de maio de 1943. **Aprova a consolidação das leis do trabalho.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)> Acesso em 24 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei N° 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.** Disponível em< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm)> Acesso em: 08 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei N° 8.078 de 1990, de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8078compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078compilado.htm)>. Acesso 05 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei N° 11.648, de 31 de março de 2008. **Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.** Disponível em< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm)> Acesso em 20 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei N° 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2017/lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/L13467.htm)> Acesso em 24 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória n. 873, de 1º de março de 2019. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv873.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv873.htm)> Acesso em 04 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.794 DF – Brasília. Data de julgamento: 29/06/2019.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Rcl: 35540 RJ – Rio de Janeiro. Relator: Min. Roberto Barroso. Data de Julgamento: 25/06/2019.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. ARE 908042 DF – Brasília. Relator: Min. Dias Toffoli. Data de Julgamento: 31/08/2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior do Trabalho. 3ª Turma. **Recurso de Revista.** ARR: 36640420165100801. Relator: Alexandre de Souza Agra Belmonte. Data de Julgamento: 27/03/2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior do Trabalho. 2ª Turma. **Recurso de Revista**. RR: 18637220105120004. Relator: Delaíde Miranda Arantes. Data de Julgamento: 09/12/2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 87. **Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização**. 17 de junho de 1948. Disponível em <<https://www.diap.org.br/images/stories/OIT/convencao087.pdf>> Acesso em 29 de junho de 2019.

CUSTÓDIO, Márcio Ferezin. A nova representação sindical profissional a partir do não financiamento compulsório. **Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, Belo Horizonte, v. 64, n. 97, p. 89-106, jan./jun. 2018. Disponível em <<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/145534>> Acesso em 01 de agosto de 2019.

DANTAS JÚNIOR, Aldemiro Rezende. Fim da contribuição sindical obrigatória – consequências para as entidades sindicais e categorias representadas. **Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, Belo Horizonte, edição especial, p. 271-287, nov. 2017. Disponível em <<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/127095>> Acesso em 25 de julho de 2019.

DARCANCHY, Mara; LIMA Priscila Luciene Santos de; SEGER, Débora Patrícia. **Novas perspectivas do instituto da representação sindical no direito do trabalho brasileiro**. Anais do V Congresso Luso-Brasileiro de Direitos Humanos na Sociedade da Informação, vol.03, nº.26, Curitiba, 2018. pp. 109-127.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 16. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil**: com os comentários à Lei n. 13.467/2017. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: LTr, 2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Subsídios para o debate sobre a questão do Financiamento Sindical**. Dezembro de 2018. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec200financiamentoSindical/index.html?page=1>> Acesso em 19 de agosto de 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUNTHER, Luiz Eduardo. **O fim da contribuição sindical obrigatória**: A crônica de uma morte anunciada. Disponível em <<https://2019.vlex.com/#vid/fim-da-contribuicao-sindical-717730485?forw=go>> Acesso em 10 de agosto de 2019.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. Consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1, pp. 77-104, 2018. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702018000100077&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702018000100077&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em 24 de abril de 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito processual do trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTr, 2014.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 34. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de direito sindical**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2009.